

# Reclamações ficam sem resposta

Mesmo depois da concessão da liminar, o CEDF vem recebendo diariamente uma média de 15 denúncias contra escolas que ultrapassaram o reajuste permitido. As reclamações, porém, têm caído no vazio porque o órgão não dispõe de fiscais nem de poder de polícia para obrigar os estabelecimentos de ensino a cumprir a decisão judicial. Muito menos firmou convênio para que a Delegacia Regional da Sunab procedesse à fiscalização e aplicasse penalidades quando necessário.

Por essa razão, o CEDF vem sendo alvo de muitos protestos. A diretora do Procon, Elisa Martins, já denunciou reiteradas vezes, através da imprensa, que o conselho seria omisso na fiscalização, defenden-

do inclusive sua extinção. As críticas são compartilhadas por entidades estudantis e de pais de alunos. Falta de interesse, excesso de burocracia e vínculo da maioria de seus 12 integrantes — nomeados pelo governador — com as escolas particulares são as principais censuras feitas ao órgão.

O conselheiro Júlio Gregório rechaça as críticas. Observa que a ação do conselho é dificultada não por manobra das escolas junto aos conselheiros, mas sim por dispositivos legais que determinam ser a Sunab responsável pela fiscalização. Explicou ainda que a Portaria 50, da própria Sunab, que concede poderes a seus funcionários para atuar na fiscalização das

mensalidades, não poderá ser aplicada em Brasília enquanto não for firmado convênio nesse sentido entre o GDF e a Delegacia Regional do órgão.

Acrescentou que há tempos o CEDF vem defendendo a assinatura desse convênio. Adiantou que a minuta já foi inclusive submetida à apreciação da Procuradoria Geral do DF, que deverá emitir parecer jurídico sobre o assunto. A informação obtida na Procuradoria é a de que o processo está em análise na 1ª subprocuradoria, que deverá se pronunciar "o mais breve possível". Aguardando o pronunciamento estão milhares de brasilienses, que não têm a quem recorrer nessa questão.